Produzir

POLÍTICAS CONVERGENTES



Gustavo Diniz Junqueira*

RECENTE ESTUDO da FAO e da OCDE assinala que o consumo de proteínas, açúcar e gorduras vai aumentar, puxado pelo aumento da população mundial, mas tendo, agora, o incremento da renda em diversos países como um vetor de crescimento preponderante.

A estimativa aponta para uma mudança no padrão global alimentar, em que a qualidade dos produtos ganha terreno como fator-chave no comércio agrícola mundial.

O volume exportado permanece sendo importante, mas os produtos mais bem acabados (que custam mais para serem produzidos, mas também valem mais) serão cada vez mais demandados. Esse novo quadro traz riscos e oportunidades para grandes *player*s do agronegócio – como o Brasil –, o que exigirá, no nosso caso, quebra de modelos, planejamento uniforme e ações rápidas e concatenadas.

Segundo esse mesmo relatório, os países emergentes deverão responder por 75% do aumento da produção agrícola global nos próximos dez anos.

Para se inserir de maneira competitiva nesse novo cenário – agregando à sua já forte cesta exportadora de *commodities* o embarque cada vez maior de produtos industrializados –, o Brasil terá que mudar o modo como encara seu relacionamento comercial com o mundo.

Mesmo a China – nosso refúgio importador – vem vendendo mais do que comprando de nós. Nos últimos cinco anos, os chineses adquiriram aproximadamente 111% a mais do Brasil, mas, em contrapartida, venderam 171% a mais.

Cadeias globais de valor

O Brasil precisa participar de modo ativo e decisivo da competição global, e isso passa pela elaboração de políticas que reconectem o País ao comércio mundial.

No mundo das grandes cadeias de valor, criadas e geridas pelas principais empresas globais, não há competitividade possível se não houver integração e especialização.

O agronegócio é um trunfo geopolítico que temos. Com um setor rural planejado, forte e estruturado, o Brasil tomará para si a responsabilidade de ser o "guardião da segurança alimentar do mundo".

O impulso e o fomento a condições favoráveis ao agronegócio devem estar na agenda do Executivo como item de segurança nacional. É o sucesso da economia de bases rurais que multiplica externalidades positivas para os demais setores. Justamente pelo fato de estar espalhado por todo o País, o agronegócio constitui-se no pilar e dínamo do nosso desenvolvimento.

E essa valorização do agronegócio não passa mais só por oferta de recursos. Ao longo da última década, o setor foi fartamente irrigado com crédito. Esforço louvável, mas aquém do necessário.

Governança

Uma medida prioritária é a remodelação do Ministério da Agricultura, que está defasado e tem que se adaptar à realidade do agronegócio.

A pasta carrega um operacional de quando o Brasil ainda era importador de produtos agrícolas. O Ministério tem que passar por mudanças, atualizar sua estrutura, modernizar a gestão, para atender a veloz, robusta e complexa dinâmica do setor.

O segundo – e não menos importante – passo requer uma reformulação completa da estrutura governamental que rege o agronegócio. De olho em planejamento estratégico e gestão eficiente, não faz sentido, por exemplo, pulverizar o maior negócio do Brasil em vários ministérios e agências.

A ausência de diálogo e governança entre os órgãos ligados ao agronegócio cria políticas públicas medíocres, segmentadas e sem visão estratégica de Estado.

Inicialmente, a proposta de união das pastas de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário sob a perspectiva de uma convergência entre produção, proteção e inclusão deveria ser mais bem estudada.

O Governo precisa ter uma visão pró-negócio, ancorada no seguinte raciocínio: o que, quem, quando, onde, como e por que produzir? É isso que precisa ser feito. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)